

EDITAL nº 001/2024 – CULTURA EM AÇÃO

PATROCÍNIO/MG – 2024

SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS PARA FOMENTO FINANCEIRO, POR MEIO DOS RECURSOS DA LEI Nº 14.399 DE 08 DE JULHO DE 2022 (PNAB), NA LEI Nº 14.903 DE 27 DE JUNHO DE 2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA) E DECRETO FEDERAL Nº 11.740/2023 (PNAB) E DECRETO Nº 11.453/2023 (FOMENTO), VISANDO A DIFUSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ARTE E CULTURA DO MUNICÍPIO.

O Município de Patrocínio, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob n.º 18.468.033/0001-26, com Centro Administrativo à PC OLÍMPIO GARCIA BRANDAO, nº 1452, Centro, na cidade de Patrocínio, CEP: 38.740-001, Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, torna pública a publicação deste edital com a finalidade de seleção de projetos culturais e promoção de premiação à luz do presente instrumento, sendo observados os preceitos do Direito Público, em especial as disposições contidas na Lei nº 14.399 de 08 de Julho de 2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903 de 27 de junho de 2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

1- DO OBJETO

1.1 - Consiste como objeto do presente edital a seleção, fomento financeiro de produtos artístico-culturais para pessoas físicas e jurídicas residentes/sediadas no município de Patrocínio, por meio de recursos financeiros oriundos da lei Federal 14.399/22 (Lei Aldir Blanc II), doravante denominado LABII, no intuito de dinamizar toda a cadeia produtiva formada por artistas, técnicos artístico-culturais e fornecedores (diretos ou indiretos), além de ampliar o acesso da população aos bens e serviços culturais, à expressão cultural, à capacitação artística, à preservação, promoção e resgate da memória e das tradições coletivas,

1.2 fortalecendo a economia da cultura, a identidade artístico-cultural local e contribuindo com o desenvolvimento da qualidade de vida desta municipalidade.

- 1.3 - Fica estabelecido que o presente edital tem a finalidade de:
- 1.4 - Promover a descentralização da produção artístico-cultural;
- 1.5 - Promover a democratização de acesso à produção artístico-cultural
- 1.6 - Fomentar a criação artístico-cultural local;
- 1.7 - Fomentar a dinamização da cadeia produtiva das artes e da cultura local;
- 1.8 - Valorizar a livre criação, exercício e manutenção do fazer artístico e cultural de Patrocínio.

2- DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1- Encontra-se o presente edital em conformidade com as disposições da Lei Orgânica do município de Patrocínio, da lei Federal 14.399/22, do Decreto Federal 11.740/23, bem como com todas as legislações aplicáveis.

3- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 - Poderão concorrer no presente edital às pessoas físicas ou jurídicas que, respectivamente, forem domiciliadas e estabelecidas no município de Patrocínio há, no mínimo, 12 (doze) meses de forma comprovada, em concordância com o estabelecido neste instrumento e que obrigatoriamente:
 - 3.1.1- Comprovem atuação em atividades artístico-culturais ou técnico artístico-cultural há, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses na área pretendida;
 - 3.1.2- Apresentem projetos culturais que contemplem uma das áreas artístico-culturais definidas no Anexo II deste edital, e que sejam disponibilizadas ao público.

Observação Única: poderão participar as pessoas físicas ou jurídicas residentes/sediadas no município de Patrocínio, conforme descrito no Anexo II, item 1.2.11, observado o item 3.1 deste edital.

- 3.2 - Projetos culturais que contemplem, no mínimo, 01 (um) dos seguintes itens:
 - 3.2.1- Promover a formação, qualificação, requalificação e o aprimoramento artístico-cultural ou técnico artístico-cultural de indivíduos, grupos e instituições artístico-culturais privadas;
 - 3.2.2- Desenvolver atividades de economia criativa e solidária, com o escopo ligado

diretamente ao segmento artístico-cultural local;

3.2.3 - Manutenção das manifestações populares de caráter artístico-cultural local;

3.2.4- Valorização da diversidade cultural e da produção simbólica das comunidades, considerando as especificidades deste município e sua população;

3.2.5 - Valorização da cultura da infância e dos idosos;

3.2.6 - Acesso, fruição e formação de público;

3.2.7- Difusão do conhecimento e das expressões tradicionais e populares do município;

3.2.8- Valorização, circulação e a fruição de atividades que promovam o amplo acesso;

3.2.9- Ações que promovam acessibilidade de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida;

3.2.10- Promoção e valorização do conteúdo artístico e/ou cultural negra, indígena, cigana, quilombola e LGBTQIAPN+.

3.5- Cada empreendedor, pessoa física ou jurídica, participante do presente certame, poderá apresentar somente 01 (um) projeto cultural. No caso de apresentação de mais de 01 (um) projeto cultural de mesma titularidade, será considerado o primeiro protocolado e os demais desclassificados.

3.6 – Apresentar toda a documentação necessária relacionada no ANEXO VII deste instrumento de forma legível e tempestiva.

3.7- Os projetos culturais inscritos no presente certame poderão ser apresentados ao público de modo presencial, virtual ou híbrido. Quando a apresentação for realizada de forma virtual ou híbrida, deverá ocorrer por meio dos endereços das redes sociais oficiais do proponente contemplado, os quais deverão ser previamente informados e aprovados pela comissão organizadora.

3.8- Os projetos culturais devem apresentar exequibilidade em sua construção, mediante sua descrição, seus custos e demais variáveis necessárias para sua análise, caso contrário, serão reprovados.

4- DA INSCRIÇÃO DOS PROJETOS CULTURAIS

4.1- Os interessados em participar do presente certame deverão encaminhar os projetos culturais para apreciação da **Comissão de Avaliação e Seleção**, doravante denominada **CAS**, em até 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do 1º (primeiro) dia subsequente à publicação do presente edital.

4.1.1- Os projetos culturais deverão **ser entregues no horário de 08:30h às 10:30h e 14h às 17h, no endereço: Avenida José Maria de Alkimin nº 686, Centro, Patrocínio/MG Cep: 38.740-066, na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO (SMCT), com formulário de recibo, sob a pena de reprovação.** Para mais informações e sanar quaisquer dúvidas o endereço de e-mail é: **pnab.aldirblanc@patrocinio.mg.gov.br**

4.1.2- Deverá o recibo ficar em poder do empreendedor como comprovação de entrega do projeto cultural de forma tempestiva.

4.1.3- A data do recibo (legível) é a referência de entrega dos projetos culturais.

4.1.4 - São componentes do projeto cultural a ser apresentado: o Formulário de Apresentação de Projeto Cultural da edição deste edital **e a documentação relacionado no anexo IX deste instrumento**, conforme a sua pertinência.

4.1.5- Os projetos culturais deverão ser apresentados em 01 (uma) via, em formato A4, digitados, GRAMPEADOS, numerados em números ordinais sequenciais de forma crescente; devendo todas as suas páginas ser rubricadas pelo proponente ou pelos seus representantes legais, além de assinado em campo próprio, além de estar acondicionado em envelope opaco.

4.1.5.1- Os projetos culturais terão que ser apresentados, exclusivamente, por meio dos formulários anexados ao presente edital.

4.1.5.2- A apresentação dar-se-á em caderno único, devendo conter no envelope o Formulário de Apresentação de Projeto Cultural e a documentação pertinente anexada junto ao mesmo, conforme a pertinência.

5- DAS FASES PARA SELEÇÃO DOS PROJETOS CULTURAIS APRESENTADOS

5.1- As fases para seleção dos projetos culturais a serem apresentados neste edital seguirá a ordem seguinte:

5.1.1- Fase de Avaliação: é aquela onde os projetos culturais apresentados na forma deste edital receberão notas de avaliação pela CAS, a partir dos quesitos avaliativos definidos **no Anexo III**;

5.1.2- Fase de Habilitação: é aquela onde os projetos culturais que tiverem notas finais dadas pela CAS, a partir de 65 pontos, estarão aptos a concorrerem para a aprovação final;

5.1.3- Fase de Aprovação final: é a fase destinada aos projetos que passarem pelas fases de Avaliação e Habilitação, sendo esses os detentores das maiores notas por área, depois de avaliados todos os eventuais recursos administrativos, serão considerados aptos a receber o fomento financeiro destinado no certame.

6- DA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS CULTURAIS

6.1- Durante o período de avaliação, os projetos culturais apresentados terão o seu acesso restrito aos membros da CAS.

6.2- A CAS poderá convocar qualquer integrante dos projetos culturais inscritos com fim de consubstanciar sua avaliação acerca destes.

6.3- Serão reprovados os projetos culturais que não obedecerem aos preceitos deste certame.

6.4- É vedada a juntada de documentação nova ao projeto cultural inscrito, salvo aquela solicitada pela CAS ou que tenha sua juntada deferida por meio de recurso administrativo apresentado.

6.5 - A CAS poderá rever suas notas, inclusive perante a apreciação de Recursos Administrativos apreciados, tanto para valores maiores quanto para menores, desde que adequadamente fundamentados.

6.6- A avaliação dos projetos culturais será feita pelos membros da CAS sempre com quórum mínimo de maioria simples.

6.6.1 - A CAS terá até 30 (trinta) dias consecutivos contados a partir do dia útil subsequente ao dia determinado no item 4.1, podendo ser prorrogado por mais um período igual, para analisar os projetos culturais apresentados e divulgar a relação dos aprovados e seus respectivos valores.

6.6.2- Cada membro da CAS manifestará sua pontuação por projeto cultural inscrito, de acordo com os critérios de avaliação do presente edital;

6.6.3- A pontuação final do projeto cultural inscrito será dada pela média aritmética simples das notas individuais dos membros da CAS, observado o seu quórum mínimo;

6.6.4- Serão consideradas como valores da pontuação final, as notas com até 02 (duas) casas decimais finalizadas pelo processo de arredondamento simples.

6.6.4.1- Havendo empate das pontuações, serão observados os critérios de desempate definidos no Anexo IV do presente edital.

6.7- Caso o proponente não esteja apto a iniciar o projeto cultural aprovado até o momento de sua certificação como aprovado, poderá a CAS proceder a chamamento do projeto cultural imediatamente classificado abaixo (em pontuação final: observado a nota mínima de 65 pontos obtida) no prazo de até 03 (três) dias úteis da notificação ao empreendedor inapto.

6.8- A CAS poderá aprovar valores inferiores aos apresentados em projetos culturais avaliados em função de possíveis restrições orçamentárias, por deliberação fundamentada ou mesmo por julgar incoerentes os custos apresentados com as demandas registradas.

6.9- A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto cultural e os preços praticados no mercado será avaliada pelos membros da CAS, de acordo com tabelas referenciais de valores ou com outros métodos de verificação de valores praticados no mercado.

6.10- Caso o proponente não concorde com o novo valor, o seu projeto cultural será reprovado.

6.11- O valor solicitado com os recursos da LABII não poderá ser superior ao valor máximo por projeto cultural estipulado no Anexo I do presente edital, de acordo com a sua área.

6.12 - Para projetos culturais com valores superiores aos definidos no Anexo I, os excedentes (recursos próprios, patrocínios, etc.) deverão constar junto ao Formulário de apresentação de Projetos Culturais desta edição.

6.13- A CAS promoverá chamamentos formais e complementares para proponentes classificados, caso seja constatada inaptidão de um ou mais proponentes aprovados neste certame, enquanto for necessário tal ato, observado a limitação orçamentária para este certame.

7- DA PUBLICIDADE

7.1- Fica garantida a publicidade, através da Secretaria Municipal de Cultura, doravante denominada SMCT , de todas as fases de seleção de projetos culturais definidas no item 05 deste edital, notadamente por meio de divulgação pelo site oficial: <https://portal.patrocínio.mg.gov.br/pmp/index.php/45-publicacoes/diversos/12238-publicacoes-referentes-a-lei-aldir-blanc-2024>.

8- DA PROPRIEDADE

8.1- Os projetos culturais apresentados no presente certame têm as suas propriedades criativas e autorais reconhecidas a favor de seu proponente, observada a legislação pertinente.

8.1.1 - É de responsabilidade exclusiva do proponente todos os ônus derivados da construção do projeto cultural apresentado.

8.2- O proponente, uma vez inscrito neste certame cede sem ônus, para o município de Patrocínio, o direito de uso de sua imagem e nome, bem como de seu projeto e produto cultural apresentado (aprovado ou não), para fins de publicidade institucional sobre as políticas de arte e cultura, executadas por este ente público por um prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos contados a partir da publicação deste edital.

9- DA DOCUMENTAÇÃO

9.1- Para atendimento complementar do item 04, a documentação a ser apresentada pelos empreendedores deve ser tempestiva, válida, sem rasuras, autenticados (quando for o caso), legíveis, apresentados em formato A4.

9.2- A documentação que se trata o **Anexo VII deverá** ser juntada ao projeto cultural a ser apresentado, após a última lauda do Formulário de Apresentação de Projetos Culturais, como anexo.

9.3- A ausência da documentação necessária (toda ou parcialmente e na forma pedida) reprová automaticamente o projeto cultural apresentado.

10- DA CONTRAPARTIDA SOCIAL OBRIGATÓRIA

10.1 - É obrigatório ao proponente desenvolver ação social obrigatória, doravante denominada contrapartida, como retorno social ao fomento recebido. Tal ação deverá ser relacionada à descentralização cultural e/ou a universalização e democratização do acesso a bens culturais, de acordo com a legislação vigente e deverá ser apresentada na mesma área artístico-cultural na qual o projeto cultural seja apresentado. Além disto, tal contrapartida terá que ser sem ônus para o projeto cultural aprovado.

10.1.1- A apresentação de contrapartida deverá ocorrer durante a execução do projeto cultural.

10.2- A ausência de apresentação de contrapartida obrigatória reprova o projeto cultural apresentado.

10.3- As atividades propostas como contrapartida deverão ser apresentadas para público deste município.

10.4 - A contrapartida deve, prioritariamente, realizar apresentações com interação popular por meio da internet ou apresentações públicas em intervalos regulares e sempre sem ônus para aqueles que dela for usufruir.

10.5- A CAS poderá solicitar alteração, mudança ou mesmo adequação da contrapartida no momento da avaliação do projeto cultural, desde que devidamente justificada.

10.6- A fruição da contrapartida aprovada pela CAS deverá ser registrada e apresentada junto à prestação de contas, quando for o caso.

10.7- A execução da contrapartida aprovada pela CAS dar-se-á através dos seguintes critérios:

10.7.1 - Primeiro Critério: a SMCT, em prazo nunca inferior a 15 (quinze) dias de antecedência, agendará a data para realização da contrapartida, sempre em concordância com o proponente.

10.7.2- Segundo Critério: realização de apresentação da contrapartida pelo proponente de acordo com o projeto cultural aprovado, uma vez que o Primeiro Critério (item 10.7.1) seja dispensado formalmente pela SMCT.

10.8- A adequação da contrapartida, quando houver necessidade, só poderá ocorrer mediante aprovação prévia pela CAS.

10.9- O proponente que não executar a contrapartida proposta, ou mesmo a realizar em desacordo com o item 10.7 do presente edital, terá seu projeto cancelado, ficando sujeito à aplicação das medidas legais cabíveis.

11- DAS VEDAÇÕES

11.1- Fica vedada a propositura de projetos culturais que tenham como produto cultural manifestações de cerimônias religiosas sob qualquer forma, salvo se reconhecida formalmente como bem imaterial cultural por este município.

11.2 - Fica vedado o pagamento a fornecedores que tenham em sua constituição societária ou congênere, a presença de membros da CAS, da SMCT, e do gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, além de seus parentes até terceiro grau;

11.3- É vedada a apresentação de custos sob a forma de pacotes, kits ou congêneres, sob a pena de reprovação do projeto cultural inscrito.

11.4- Na apresentação dos custos do projeto cultural, é vedada a previsão de despesas com os recursos definidos neste edital, que sejam:

11.4.1- Em benefício dos membros da CAS, titulares ou suplentes, da SMCT, da Câmara Municipal e seus parentes até terceiro grau;

11.4.2- Em favor de clubes, associações de servidores públicos ou entidades congêneres, de qualquer esfera ou poder;

11.4.3- Destinados a recepções, coquetéis, serviços de buffet ou similares;

11.4.4- Destinadas a despesas de aluguéis de qualquer ordem em que o locador seja o próprio proponente do projeto cultural, ou aos membros da CAS, da SMCT, da Câmara Municipal, do gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito, além de seus parentes até terceiro grau.

11.5- Fica vedada a propositura de projetos culturais que beneficiem entidades públicas dos três poderes, bem como suas autarquias, fundações ou mesmo empresas públicas de economia mista.

11.6 - É vedado ao proponente utilizar os recursos para fins divergentes daqueles aprovados para os projetos culturais apresentados.

11.7- Fica vedado o patrocínio, doação e divulgação de marcas de partidos políticos, seus integrantes ou mesmo pretensos candidatos ou mesmo pré-candidatos declarados junto aos projetos culturais a serem apresentados.

11.8- É proibido o recebimento de valores por parte dos integrantes do projeto cultural em mais de uma função por ele exercida.

11.9- Fica vedada a participação neste edital de servidores públicos do Município de Patrocínio, sejam eles efetivos, contratados, terceirizados ou ocupantes de cargos comissionados.

12- DO USO DAS MARCAS OFICIAIS E DE PATROCINADORES

12.1- As peças de divulgação devem conter a assinatura das marcas oficiais (Governo Federal, Política Nacional Aldir Blanc – PNAB e Prefeitura Municipal de Patrocínio), as mesmas estarão disponibilizadas no site oficial do município: <https://portal.patrocínio.mg.gov.br/pmp/index.php/45-publicacoes/diversos/12238-publicacoes-referentes-a-lei-aldir-blanc-2024>.

12.1.2- Poderão constar nos produtos culturais aprovados neste certame as marcas de eventuais patrocinadores desde que tais marcas não se destaquem daqueles oficiais e observem o item 12.1.

12.1.3- Todas as aprovações formalizadas pela CAS, de acordo com o preconizado no item 12.1.1, deverão ser anexados na prestação de contas a ser apresentada.

12.2- A menção de nomes, marcas e congêneres de fornecedores somente poderá ser feita, se for o caso, sob a forma de “créditos”, ou seja, sem menção em destaque ou mesmo colocação de marcas ou mesmo logomarcas individualizadas nos produtos culturais, quando da prévia aprovação disto por parte do(a) proponente.

12.2.1- As menções previstas no item anterior devem ser inseridas sempre ao final da apresentação do produto cultural e nunca de forma que se promova seu destaque.

12.3- Para os produtos culturais intangíveis que forem aprovados deverá ser feita a menção sonora na abertura das apresentações e ao final, mencionando as entidades oficiais e patrocinadores, quando houver. Neste caso, não teremos menção de “créditos”, de acordo com o mencionado no item 12.2.

12.4- Para os produtos culturais tangíveis que forem aprovados, deverá ser feito o registro gráfico, em conformidade com o item 12.1, das marcas oficiais do município.

12.6- Para o caso de vídeo ou congêneres deverão ser veiculadas as marcas oficiais conforme estabelecido no item 12.1, na abertura de vídeo em um prazo não inferior a 08 (oito) segundos (em conjunto ou, se separadas, o tempo deverá ser considerado para cada uma das marcas divulgadas).

12.7- Os recursos direcionados à comunicação e divulgação do produto cultural (mídia paga, contratação de designer e peças gráficas), não poderão ultrapassar, somados, a 20% (vinte por cento) do valor do projeto cultural proposto.

12.8- O material de divulgação dos produtos culturais não poderá ter informações que divirjam dos ditames deste edital.

13- DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO- CAS

13.1- A CAS foi constituída pelo **Decreto nº 4.424 de 22 de agosto de 2024** e terá as seguintes atribuições:

13.1.1.1- A avaliação, a adequação, a aprovação e a reprovação dos projetos culturais a serem fomentados, encaminhando à SMCT o resultado para a devida publicidade, bem como com as respectivas prestações de contas;

13.1.2- Aprovar os valores do fomento financeiro que será destinado a cada projeto cultural;

13.1.3- Avaliar a execução dos projetos culturais, quanto às condições nas quais estes foram aprovados ou mesmo ajustados, bem como solicitar possíveis correções aos empreendedores;

13.1.4- Receber, analisar e decidir sobre os recursos administrativos apresentados;

13.1.5- Determinar a suspensão temporária da execução dos projetos culturais, como medida cautelar, caso não se verifique seu fiel cumprimento ou mesmo se constate possibilidade de alguma irregularidade;

13.1.6 - Solicitar à SMCT possíveis adequações orçamentárias, quanto aos recursos financeiros destinados aos projetos culturais, desde que fundamentado;

13.1.7- Gerar relatório final sobre o presente certame e encaminhá-lo para a SMCT;

13.1.8- Dar-se-á a pontuação aos projetos culturais, pela CAS, de acordo com os seguintes critérios:

13.1.8.1- Cada membro da CAS manifestará sua pontuação por projeto cultural inscrito, de acordo com os critérios de avaliação do presente edital;

13.1.8.2- Quanto à pontuação final do projeto cultural inscrito, esta será derivada da média aritmética das notas individuais dos membros titulares presentes da CAS;

13.1.8.3- Serão consideradas como valores da pontuação final, as notas com até 02 (duas) casas decimais, observado o critério de arredondamento aritmético.

13.1.8.4- Havendo empate das pontuações, serão observados os critérios de desempate definidos no Anexo IV do presente Edital.

13.1.9- Publicar, através da Prefeitura Municipal de Patrocínio num prazo de até 03 (três) dias úteis, a relação dos projetos apresentados para o presente certame, após o prazo final de entrega dos projetos/propostas.

14- DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

14.1- Caberá à Secretaria Municipal de Cultura, no presente certame:

14.1.1 – Conferir e aprovar todos os instrumentos e formulários a serem utilizados, os quais deverão ser produzidos pela empresa de consultoria contratada.

14.1.2- Orientar juridicamente a CAS, sempre por meio do apoio da Procuradoria-Geral do Município;

14.1.3- Acompanhar e zelar pelo cumprimento dos prazos do presente certame;

14.1.4- Fornecer à CAS a estrutura necessária para a adequada operacionalização de seus trabalhos;

14.1.5- Expedir relatório final, em formato simples, produzido pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SMCT), a ser enviado ao Prefeito Municipal;

14.1.6- Dar publicidade aos atos inerentes ao presente certame.

15- DOS PRAZOS PARA IMPUGNAÇÃO

15.1- Poderá qualquer interessado impugnar ou mesmo solicitar adequações ao presente edital, parcialmente ou totalmente, num prazo de até 03 (três) dias úteis a contar da sua publicação, desde que devidamente fundamentado.

15.2- As impugnações/adequações deverão ser apresentadas digitadas, devidamente assinadas, junto à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, à Avenida José Maria de Alkimin nº 686, Centro, Patrocínio/MG Cep: 38.740-066, na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO (SMCT), somente em dias úteis e de forma presencial, das 14h00min às 16h00min.

15.3- As impugnações deverão ser analisadas e julgadas pelo Comitê Gestor Municipal, nomeado pelo Decreto nº 4.417 de 02 de agosto de 2024, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente à data em que essa foi protocolada;

15.4- O resultado do julgamento dos possíveis pedidos de impugnação será publicado oportunamente.

16 – DAS COTAS (PROTAGONISMO)

16.1- As ações de viabilidade que possibilitem a participação e o protagonismo de agentes culturais de forma representativa por mulheres, pessoas negras, indígenas, comunidades

tradicionais, inclusive quilombolas, populações nômades e povos ciganos, pessoas do segmento LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência e outros grupos que componham minorias, serão implantadas através de pontuação diferenciada nos critérios avaliativos mediante a apresentação das informações autodeclaradas anexadas ao Formulário de Apresentação de Projetos Culturais.

17- DA ACESSIBILIDADE

17.1- Os projetos culturais têm que contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos culturais resultantes dos projetos culturais apresentados, nos termos do disposto na Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) de modo a contemplar:

17.1.1- No aspecto arquitetônico: recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

17.1.2- No aspecto comunicacional: recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço;

17.1.3 - No aspecto atitudinal: a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

17.2 - Especificamente para pessoas com restrições à participação poderá ser concretizado também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

17.2.1- Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

17.2.2- Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

17.2.3- Medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

17.2.4- Contratação de serviços de assistência por acompanhante;

17.2.5- Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

18- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1- Caberá recurso administrativo em todas as ações deliberativas da CAS, num prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da publicação do extrato de julgamento, desde que fundamentado.

18.1.1 - Os recursos administrativos deverão ser apresentados tempestivamente, digitados, em papel A4 branco, protocolados na SMCT na Avenida José Maria de Alkimin nº 686, Centro, Patrocínio/MG Cep: 38.740-066, na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO (SMCT), no horário das 14h às 16h00min, somente em dias úteis sempre dirigidos à CAS.

18.2- Deverá a CAS apreciar os recursos apresentados no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da sua interposição, período no qual está poderá reconsiderar sua decisão.

18.2.1 - A CAS terá que manifestar, à luz dos argumentos registrados nos recursos administrativos apresentados, as razões que porventura fazem esta comissão manter a sua posição original após o julgamento de tais recursos, sob a pena de sua revisão.

18.3- Fica definido que não caberá novo recurso, na esfera administrativa, da decisão de que trata o item 18.2 do presente edital, observado o item 18.2.1.

19- DA PUBLICAÇÃO DO JULGAMENTO FINAL, DA CERTIFICAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PROJETOS CULTURAIS

19.1- Serão declarados aprovados os projetos culturais que atenderem ao item 5.1.3 do presente edital, bem como a disponibilidade orçamentária da Secretaria Municipal de Cultura.

19.2 - Poderão ser certificados tantos empreendedores quantos forem necessários, observada a legislação que rege o presente certame, bem como a disponibilidade orçamentária do Município.

19.2.1 - Considerar-se-á como “Certificado de Aprovação” a publicação final dos resultados pela SMCT.

19.3- Após a publicação do resultado final, os empreendedores aprovados terão até 06 (seis) meses consecutivos, a contar do dia útil seguinte à data do crédito dos recursos financeiros em sua conta bancária, para executar e concretizar o projeto cultural aprovado.

19.3.1- O prazo previsto no item 19.3 do presente edital contempla a entrega completa do produto cultural aprovado, a apresentação da respectiva prestação de contas e sua respectiva aprovação, além da comprovação de apresentação de contrapartida.

19.4- A fruição dos produtos culturais dar-se-á somente no município de Patrocínio.

19.4.1- A exceção ao item 19.4 será quando o produto cultural previsto promover a si ou a um grupo, ou a ambos (sempre de Patrocínio) a capacitação artístico-cultural ou mesmo técnica cultural obtida em outra municipalidade ou mesmo aqueles projetos culturais que visem a sua fruição mediante plataformas digitais via internet.

20- DAS READEQUAÇÕES DO PROJETO CULTURAL APROVADO

20.1- Os projetos culturais aprovados poderão ser readequados pelos seus proponentes. Para tanto é necessário:

20.1.1- Direcionar à CAS, por meio de ofício, documentos e planilhas (quando for o caso), as alterações propostas, bem como suas justificativas, no prazo de 10 (dez) dias anteriores a quaisquer necessidades de mudanças efetivas no projeto cultural.

20.1.2- A CAS terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para apreciar a solicitação de readequação;

20.1.3- As readequações propostas no projeto cultural poderão ocorrer, somente, se a qualidade e a finalidade artística deste não forem comprometidas; bem como os itens a serem adequados/alterados não sofram alteração na pontuação obtida quando da avaliação dos respectivos projetos culturais.

20.2- O proponente que promover sem a autorização prévia da CAS a alteração dos valores previamente aprovados ou de itens poderá ter a respectiva prestação de contas reprovada, bem como ter o projeto cancelado ou mesmo suspenso, além de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente.

21- DOS RECURSOS FINANCEIROS

21.1- O edital destinará o montante de **R\$ 433.333,65** (quatrocentos e trinta e três mil trezentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos) para o fomento financeiro definido no preâmbulo deste edital em projetos culturais aprovados no âmbito da Lei federal 14.399/22, no exercício de 2024.

21.2- As dotações orçamentárias a serem utilizadas serão as definidas na Lei Municipal LEI Nº 5.720 DE 13 DE JUNHO DE 2024.

22- DO USO DOS RECURSOS

22.1- O projeto cultural, nos parâmetros definidos no presente instrumento, poderá ser fomentado/premiado em até 100% (cem por cento) pelos recursos derivados deste edital.

22.3- Caberá ao proponente de projeto cultural aprovado protocolar junto ao Comitê Gestor Municipal, em até 03 (três) dias úteis após a publicação da sua aprovação, o Termo

de Execução Cultural (Anexo IV) assinado e rubricado, responsabilizando-se pelas informações;

22.3.1- O proponente deverá abrir e apresentar à CAS uma conta-corrente exclusiva (vinculada) para a movimentação financeira de seu projeto cultural aprovado e promover comunicação à CAS, fornecendo os dados pertinentes (banco, agência e conta-corrente). Tal conta vinculada deve ser inaugural e exclusiva para tal finalidade, sob a pena de ter seu projeto cultural reprovado.

22.4- O banco escolhido pelo empreendedor deverá emitir extrato bancário contendo toda a movimentação ordinária bem como de aplicações financeiras automáticas sobre o saldo disponível diário.

22.5- A conta-corrente deverá ser vinculada exclusivamente para os recebimentos e pagamentos necessários para a construção do produto cultural aprovado e a sua movimentação financeira dar-se-á exclusivamente por meio de transferências bancárias eletrônicas, constando os dados do credor ou do depositário e os dados do projeto cultural sempre que possível.

22.6- O saque em espécie na conta vinculada informada somente será possível se previamente autorizada pela CAS, derivada de aprovação pertinente.

22.6.1- Em caso de não atendimento ao item 22.6, o empreendedor poderá ter seu projeto cancelado e serão aplicadas as penalidades cabíveis.

22.9- As sobras financeiras derivadas dos recursos recebidos do FMC, apuradas ao final da construção do produto cultural (quando for o caso), deverão ser registradas como transferência final ao FMC, sendo creditado em conta-corrente a ser informada pela CAS.

22.9- Não serão aceitos custos registrados nos projetos culturais que sejam anteriores à data de sua apresentação, salvo aquele derivado de eventual contratação para confecção de projeto cultural.

22.10- A Prefeitura Municipal de Patrocínio disponibilizará os recursos aprovados em parcela única, exclusivamente na conta-corrente vinculada apresentada pelo proponente.

22.11- Para os projetos culturais aprovados que tenham em seu conjunto de custos recursos de terceiros ou próprios do proponente, cabe ao proponente registrar tais ativos junto à planilha de custos do Formulário de Apresentação de Projetos Culturais, constante neste certame.

22.12- Cabe ao proponente manifestar formalmente (por ofício) à CAS toda e qualquer irregularidade que porventura venha a acontecer na transferência de recursos a seu crédito ou mesmo a sua inexecução.

22.13- É permitido ao proponente efetuar pagamentos parciais ou totais antecipados para a construção de seu produto cultural.

23- DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS E DA COMPROVAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS CULTURAIS

23.1- As prestações de contas dos projetos culturais finalizados serão efetivadas por meio do Formulário de Prestação de Contas, do Termo de Execução Cultural e do Termo de Cumprimento de Contrapartida deste edital, de forma tempestiva, legível e organizada, juntamente com a documentação a ser analisada e aprovada pela CAS.

23.2- A CAS terá o prazo máximo de até 60 (sessenta) dias consecutivos para apreciar e publicar as prestações de contas apresentadas pelos proponentes, podendo ser prorrogado por igual período.

23.2.1- O proponente deverá encaminhar a prestação de contas de forma definitiva até o prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, **após a execução final do projeto e de seus recursos financeiros.**

23.3- Para as prestações de contas dos projetos culturais apresentados no presente certame serão aceitos os documentos:

23.3.1- Via original do Formulário de Prestação de Contas e Termo de Execução Cultural, Termo de Cumprimento de Contrapartida preenchidos e assinados pelo proponente;

23.3.2 - Relatório analítico de todas as movimentações financeiras dos recursos destinados ao projeto cultural, oriundo da conta-corrente vinculada informada à CAS;

23.3.3- Extrato bancário da conta vinculada ao projeto cultural aprovado e financiado, de toda a movimentação financeira ocorrida no período (ou nos períodos) de construção do produto cultural;

23.3.4- Relação nominal de todos os credores que contribuíram direta ou indiretamente para a construção do produto cultural;

23.3.5- Via original ou cópia autenticada de todos os documentos fiscais que embasaram os custos registrados no projeto cultural, obrigatoriamente com os nomes do emitente e destinatário dos valores recebidos em conformidade com a legislação tributária vigente, sempre que tais documentos forem emitidos por máquina registradora ou quando esses contiverem o nome do cliente apenas na 2ª via;

23.3.6- Para os documentos fiscais em vias únicas ou não, deverão constar nos mesmos o nome do proponente ou a identificação do projeto cultural para sua validação.

23.3.7- Recibo do pagamento realizado e nota fiscal, para os casos de prestação de serviço, sob a pena de não serem aceitos custos;

23.3.8- Formulário de Avaliação e Termo de Cumprimento de Contrapartida, conforme o caso;

23.3.9- Cópia dos materiais de divulgação com as marcas oficiais definidas no item 12.1 deste edital;

23.3.10- Fotografias (impressas e em formato digital) do produto cultural registrado no formato JPG, com resolução mínima de 5 MP;

23.3.11 - Relatório das atividades realizadas, contendo data, horário, local, público estimado (se possível) e material de cobertura fotográfica das atividades realizadas;

23.3.12- Relatório assinado pelo proponente informando quais foram as ações realizadas que visaram à acessibilidade e ao atendimento de minorias, conforme o item 16 deste edital.

23.3.13- Documentos de comprovação das ações previstas no item 23.3.12;

23.4- A CAS promoverá a aprovação, a reprovação ou mesmo a solicitação de correção de todas as prestações de contas apresentadas pelos proponentes de forma individualizada e sempre com a devida fundamentação.

23.4.1- O prazo para análise dos documentos definidos no item 23.3 será de 60 (sessenta) dias consecutivos contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de entrega formal da prestação de contas, podendo ser prorrogado por igual período.

23.4.2- Para as prestações de contas que forem reprovadas pela CAS, será aberto prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para nova apresentação, findo o qual o proponente poderá perder o seu direito ao financiamento e será considerado como não prestado contas, podendo o mesmo ser incluído no Cadastro de Inadimplência Municipal.

24- DA RESCISÃO

24.1- O proponente poderá rescindir o contrato, mediante a justificativa escrita à CAS, a qual julgará a plausibilidade da rescisão solicitada.

24.2- No caso de rescisão, o proponente deverá devolver aos cofres públicos municipais todos os recursos recebidos, acrescidos dos rendimentos obtidos durante o período de construção do produto cultural.

24.3- A rescisão contratual por parte da Prefeitura Municipal de Patrocínio poderá ocorrer nos casos de descumprimento das cláusulas estabelecidas no presente edital, bem como na constatação de qualquer irregularidade nas fases de execução e prestação de contas do projeto cultural, observada a devida fundamentação e publicidade da decisão.

24.3.1- A CAS deverá informar formalmente ao proponente sobre a decisão de rescisão contratual e solicitar a devolução dos recursos recebidos, conforme o item 24.2.

25- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1- As informações prestadas no Formulário de Apresentação de Projetos Culturais, bem como nos demais documentos anexados, são de responsabilidade exclusiva do proponente.

25.2- As dúvidas e casos omissos relativos a este edital serão resolvidos pela CAS e, em última instância, pelo Prefeito Municipal.

25.3- Os casos omissos e as situações não previstas neste edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Cultura, mediante consulta prévia à CAS.

25.4- O proponente que tiver sua prestação de contas reprovada ou não a apresentar no prazo estipulado no item 23 deste edital, ficará impedido de participar de novos editais de fomento cultural promovidos pelo município de Patrocínio por um período de 05 (cinco) anos consecutivos, a contar da data da decisão final.

25.5- O presente edital entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXOS:

1. Anexo I- Categoria e Valores Máximos por Área Artístico-Cultural
2. Anexo II- Formulário de Apresentação de Projeto Cultural
3. Anexo III- Critérios de Avaliação
4. Anexo IV- Termo de Execução Cultural
5. Anexo V- Formulário de Prestação de Contas
6. Anexo VI- Termo de Cumprimento de Contrapartida
7. Anexo VII – Documentação Necessária
8. Anexo VIII – Declaração Étnico Racial
9. Anexo IX – Declaração Pessoa Com Deficiência
10. Anexo X – Declaração de Representação de Grupo ou Coletivo
11. Anexo XI – Formulário de Apresentação de Recursos
12. Anexo XII- Formulário de Avaliação e Seleção das Propostas

Patrocínio, 13 de setembro de 2024.

Maria Aparecida Palucci
Secretária Municipal de Cultura

DEIRÓ MOREIRA MARRA
Prefeito Municipal